

Demonstrações Financeiras

Central Eólica Volta do Rio S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	18
5. IMPOSTOS A RECUPERAR	18
6. DEPÓSITOS VINCULADOS	18
7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	19
8. FORNECEDORES	20
9. CONTAS A PAGAR – ELETROBRAS	20
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	21
11. PROVISÕES PARA RISCOS	24
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
13. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS	25
14. RECEITA	26
15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	26
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	26
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	28
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	28
20. COMPROMISSOS	31
21. SEGUROS	32
22. EVENTOS SUBSEQUENTES	32
PARECER DO CONSELHO FISCAL	33
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	Error! Bookmark not defined.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado era de R\$117.230 mil, representado por 117.230.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia incorreu em um prejuízo de R\$19.353 mil em 2019, em comparação a um prejuízo de R\$32.025 mil em 2018. Menores custos em 2019 com o *retrofit* dos aerogeradores, ocasionaram a redução do prejuízo em relação a 2018.

Receita operacional líquida

A receita operacional bruta foi de R\$25.743 mil em 2019, em comparação a R\$30.148 mil em 2018, representando uma redução de 14,61%. A redução decorre da quantidade de aerogeradores aguardando o processo de *retrofit*, incorrendo em maiores ajustes da receita de venda de energia. Esse ajuste decorre da diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no ano.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional totalizaram R\$1.108 mil em 2019, comparados a R\$721 mil em 2018, representando um aumento de 53,68%.

Em função de planejamento tributário, a Companhia optou pelo regime de competência para determinação da base de cálculo do lucro presumido em 2019. Isso justifica um aumento dos tributos incidentes sobre a receita em relação a 2018, mesmo que a receita líquida tenha reduzido em 2019. Porém, essa opção permitiu que a Companhia incorresse em menos tributos incidentes sobre a receita em 2019 do que caso ela mantivesse a opção pelo regime de caixa.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$33.738 mil em 2019, em comparação a R\$51.348 mil em 2018, representando uma melhora de 34,30%. Os custos com o *retrofit* dos aerogeradores reduziram de forma significativa em relação a 2018.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2019 correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$9.727 mil, comparada a R\$9.845 mil em 2018. A principal despesa financeira está relacionada aos juros sobre empréstimos e financiamentos.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2019, a Companhia apurou despesas no montante de R\$1.596 mil de imposto de renda e contribuição social. Comparativamente ao mesmo período em 2018, a Companhia apurou despesas no montante de R\$980 mil. O aumento dos valores de imposto de renda e contribuição social se dá pelo mesmo motivo que aumentaram os tributos e encargos incidentes sobre a receita.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

R\$ mil	2019	2018	Var. %
Prejuízo líquido	(19.353)	(32.025)	(39,57)
Despesa de IR e CS	1.631	980	66,43
Resultado financeiro	9.727	9.845	(1,20)
Amortização e depreciação	16.190	16.699	(3,05)
LAJIDA	8.195	(4.501)	-

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.963	3.480
Contas a receber	4	3.941	3.471
Estoques		-	408
Impostos a recuperar	5	1.796	870
Adiantamentos a fornecedores		-	616
Despesas antecipadas		-	355
TOTAL DO CIRCULANTE		40.700	9.200
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos vinculados	6	-	15.433
Impostos a recuperar	5	2.500	2.277
Impostos diferidos		-	387
Imobilizado	7	185.388	193.669
Intangível	7	21	1.319
Outros ativos		-	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		187.909	213.164
ATIVO TOTAL		228.609	222.364

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	1.717	1.194
Empréstimos e financiamentos	10	117.710	-
Contas a pagar – Eletrobras	9	12.982	6.656
Impostos a recolher		218	109
Outros passivos		11	-
TOTAL DO CIRCULANTE		132.638	7.959
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	-	108.101
Contas a pagar – Eletrobras	9	-	1.128
Imposto de renda e contribuição social		104	-
Partes relacionadas	18	23.282	22.878
Provisão para desmobilização de ativos	13	18.604	8.999
Outros passivos		119	84
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		42.109	141.190
TOTAL DO PASSIVO		174.747	149.149
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	12		
Capital social		117.230	117.230
Adiantamento para futuro aumento de capital		21.637	21.637
Prejuízos acumulados		(85.005)	(65.652)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.862	73.215
PASSIVO TOTAL		228.609	222.364

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído por lote de mil ações)

	Nota	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA	14	25.743	30.148
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTOS DE OPERAÇÃO	15		
Pessoal		-	(2.315)
Material		(1.765)	(15.229)
Serviços de terceiros		(4.474)	(10.857)
Amortização e depreciação		(16.190)	(16.359)
Encargos e taxas de transmissão e conexão		(4.177)	(3.689)
Outros custos		(1.175)	(1.220)
		(27.781)	(49.669)
PREJUÍZO BRUTO		(2.038)	(19.521)
DESPESAS OPERACIONAIS	15		
Pessoal e administradores		-	(11)
Amortização e depreciação		-	(340)
Serviços de terceiros		(728)	(1.061)
Outras despesas gerais		(5.229)	(267)
		(5.957)	(1.679)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(7.995)	(21.200)
Receitas financeiras	16	1.470	998
Despesas financeiras	16	(11.197)	(10.843)
		(9.727)	(9.845)
Prejuízo antes dos impostos		(17.722)	(31.045)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.363)	(1.144)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(268)	164
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(19.353)	(32.025)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações – R\$		(165,09)	(273,18)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(19.353)	(32.025)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(19.353)</u>	<u>(32.025)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC")	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	117.230	-	-	(33.627)	21.637	105.240
Prejuízo do exercício	-	-	-	(32.025)	-	(32.025)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	117.230	-	-	(65.652)	21.637	73.215
Prejuízo do exercício	-	-	-	(19.353)	-	(19.353)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	117.230	-	-	(85.005)	21.637	53.862

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(19.353)	(32.025)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 15)	16.190	16.699
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 16)	9.609	9.647
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados (Nota 16)	-	(901)
Impostos diferidos (Nota 17)	268	(387)
Juros sobre mútuos (Nota 16)	438	301
Provisões para riscos (Nota 11)	-	(1.798)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Nota 15)	952	-
Baixa de valor residual líquido de ativos (Nota 15)	3.779	-
Baixa provisão REIDI	(1.233)	-
Variação monetária - Desmobilização de ativos (Nota 13)	970	875
	11.620	(7.589)
(Aumento) Redução de ativos		
Contas a receber de clientes (Nota 4)	(470)	2.780
Estoques	-	(290)
Impostos a recuperar (Nota 5)	(1.149)	450
Adiantamentos a fornecedores	77	4.991
Despesas antecipadas	355	-
Partes relacionadas (Nota 18)	-	750
Outros ativos	194	306
	(993)	8.987
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 8)	523	321
Obrigações sociais	-	(212)
Impostos a recolher	109	26
Imposto de renda e contribuição social	1.666	-
Contas a pagar – Eletrobras (Nota 9)	6.431	(4.789)
Outros passivos	12	-
	8.741	(4.654)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	19.368	(3.256)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.562)	-
Juros pagos (Nota 10)	-	(1.369)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	17.806	(4.625)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adição ao imobilizado e ao intangível (Nota 7)	(1.756)	(3.877)
Depósitos vinculados (Nota 6)	15.433	47
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	13.677	(3.830)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos e financiamentos (Nota 10)	-	(13.846)
Mútuo – Partes relacionadas	-	21.077
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	7.231
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31.483	(1.224)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	3.480	4.704
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	34.963	3.480
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31.483	(1.224)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 27 de agosto de 2004, tendo como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Volta do Rio - CGE Volta do Rio (“Central Eólica” ou “Empreendimento”), localizada na Rua Volta do Rio, S/N, Ilha dos Coqueiros, Acaraú, Estado do Ceará.

A Companhia foi autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução ANEEL no 660/2001, com uma capacidade de produção instalada de 42 MWh, mediante operação de 70 aerogeradores. O Despacho da ANEEL no 3451/2007, autorizou a alteração das características técnicas, passando a central geradora eólica a ser composta por 28 aerogeradores, permanecendo com 42 MWh de potência instalada.

Em 30 de junho de 2004, foi firmado contrato de venda de 165.162 MWh por ano de energia pelo preço de R\$186,84 por MWh com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, por um prazo de 20 anos, a contar da data planejada da operação comercial, que inicialmente estava prevista para 28 de dezembro de 2006.

Em 2 de setembro de 2008, foram assinados aditivos ao contrato de venda de energia, que alterou a quantidade de energia anual de 165.162 MWh para 161.238 MW, permanecendo o preço de referência de R\$186,84 por MWh.

Em 15 de julho de 2009, foi assinado termo aditivo ao contrato de venda de energia, que alterou o início da operação comercial para 31 de outubro de 2009, permanecendo o prazo do contrato de 20 anos.

Apesar da autorização de funcionamento da Companhia pela ANEEL ser de 30 anos, em função de atrasos na implantação do projeto, a mesma só começou a operar sete anos depois, e não sendo solicitada a prorrogação do prazo de autorização à ANEEL. A Sociedade iniciou suas operações em 3 de setembro de 2010.

Conforme ofício CTA-ECC 1608/2013 da Eletrobras, a energia contratada a partir do exercício de 2013 passou de 161.238 MWh para 83.786 MWh por ano e o preço de referência de R\$186,84 por MWh para R\$211,90 por MWh vendido.

O preço da energia é reajustado anualmente pelo IGP-M. Em 31 de dezembro de 2019, o preço unitário reajustado é de R\$500,52 por MWh.

Pelo contrato de energia do Proinfa com a Eletrobrás, quando a energia gerada pelo parque exceder 100% da energia contratada ou quando energia gerada for menor do que 70% da energia contratada, o preço é ajustado com base na fórmula contratual. É calculada a diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado da curva do fator de capacidade, e a energia contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

Processo de arbitragem e descruzamento das participações societárias detidas conjuntamente pela Energimp S.A. (“Energimp”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”)

Em 2013, foi iniciado um processo de arbitragem entre as acionistas da Companhia, Energimp S.A. e Cemig GT, visando resolver conflitos relacionados ao ajuste de preço previsto no contrato de compra e venda de ações das eólicas Central Eólica Praia do Morgado S.A., Central Eólica Praias de Parajuru S.A. e Central Eólica Volta do Rio S.A., firmado em 2009. Em 30 de maio de 2017, a sentença final do processo foi emitida pelo Tribunal Arbitral, favorável ao acionista Cemig GT e o processo de liquidação ocorreu mediante transferência de ações dos investimentos da Energimp.

Em 17 de maio de 2018 foi celebrado o “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças”, para quitação da dívida que a Energimp possuía junto à Cemig GT, mediante processo de alienação e permuta de ativos.

Em 20 de dezembro de 2018, mediante cumprimento das condições suspensivas previstas no “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças”, o descruzamento de ativos foi concluído e consistiu na aquisição pela Cemig GT de 51% da participação societária detida pela Energimp na empresa Volta do Rio, a qual era controlada em conjunto pela Energimp e Cemig GT e passou a ser uma subsidiária integral da Cemig GT.

Continuidade operacional

A Companhia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de capital, liquidez e recuperar todos os aerogeradores a fim de aumentar a geração e a receita do parque eólico. A seguir estão relacionados as ações e o plano da Companhia:

Aporte Cemig GT

Em outubro de 2019, foi autorizado um aporte pela Cemig GT para Volta do Rio, e consequente aumento de capital social no valor de R\$ 86 milhões. Esse aporte tem como o objetivo investir no reestabelecimento de todos os aerogeradores do parque de forma escalonada.

Plano de recuperação de aerogeradores

Em 31 de dezembro de 2019, a Central Eólica operava com 6 aerogeradores reformados, 10 aerogeradores antigos, sendo o restante de 12 aerogeradores, em reforma.

Algumas das ações que estão em andamento para que o parque volte a operar com seus 28 aerogeradores são as seguintes:

1. Aditivo contratual, acompanhamento e medição dos serviços para a entrega dos 12 aerogeradores;
2. Contratação, via pregão eletrônico realizado em 27 de dezembro de 2019, do transporte, e orçamento com guindastes e montagens dos aerogeradores a serem reformados;
3. Aquisições através de licitações de componentes críticos (IGBTs, indutores, cubículos, e outros itens) com previsão de finalização em 2020.

Dessa forma, o cronograma prevê o parque operando com os 28 aerogeradores reformados em maio de 2021.

Com base nas projeções dos fluxos de caixa futuros previstos com a retomada da plena capacidade de geração de energia, a Administração entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de dezembro de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado e Intangível (Depreciação/Amortização);
- Nota 11 – Provisões para riscos;
- Nota 13 – Provisão para desmobilização de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia adotou nova norma com base no método retrospectivo modificado, a partir de 1º de janeiro de 2019, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 – Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou a interpretação a partir dessa data e analisou os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda.

A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia tiveram alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

2.6. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, depósitos vinculados, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar com a Eletrobras.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, sem prazos fixados para o resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

d) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo da autorização de operação ao qual se refere. As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, considerando o prazo do contrato de venda de energia, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

e) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

g) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia realizado. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Sociedade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Contas bancárias	2.690	-
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	32.273	-
Fundo de investimento	-	3.480
Total	<u>34.963</u>	<u>3.480</u>

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 98% e 98,2% em 2019.

Aplicações financeiras automáticas vinculadas aos saldos das contas correntes regulares, com liquidez imediata. Foram remuneradas, em média, à taxa de 6,23% em 2018.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo do contas a receber junto à Eletrobras em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$3.941 (R\$3.471 em 31 de dezembro de 2018), refere-se à venda de energia e está composto por uma parcela da fatura do mês de novembro e a fatura do mês de dezembro.

De acordo com o contrato de compra e venda de energia, o pagamento de cada fatura mensal ocorrerá em três parcelas iguais, sendo a primeira e a segunda com vencimentos em até o dia 20 e 30 do mês subsequente ao do período de operação considerado. Já a terceira parcela terá vencimento até o dia 10 do segundo mês subsequente ao do período de operação considerado.

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 19.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2019	2018
COFINS a recuperar	753	113
PIS a recuperar	155	17
CSLL a recuperar (a)	772	534
IRRF a recuperar (a)	2.616	2.052
IRRF sobre aplicação financeira (b)	-	422
Outros	-	9
Total	4.296	3.147
Circulante	1.796	870
Não circulante	2.500	2.277
Total	4.296	3.147

(a) Referem-se a créditos oriundos de valores retidos na fonte sobre o recebimento da receita de venda de energia à Eletrobras.

(b) Referem-se a créditos oriundos de retenções na fonte de aplicações financeiras.

6. DEPÓSITOS VINCULADOS

	2019	2018
Conta reserva especial (a)	-	9.290
Conta reserva (b)	-	6.143
Total	-	15.433

Refere-se a obrigações contratuais do financiamento com a Caixa Econômica Federal, conforme discriminado abaixo:

- (a) Conta reserva especial - precisa manter um saldo equivalente a R\$3.143, a ser constituído do segundo ao sexto mês após a entrada em operação.
- (b) Conta reserva - precisa manter um saldo equivalente ao valor de três prestações mensais, vincendas, constituídas do principal, encargos e acessórios.

Em 13 de julho de 2018, a Companhia assinou termo aditivo para o contrato de vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, que previa a liberação dos recursos contidos na conta reserva e conta reserva especial, condicionada a utilização dos recursos para o custeio de despesas de manutenção e investimentos necessários para a troca e melhoria (*retrofit*) dos equipamentos e a celebração de contrato de fornecimento de solução tecnológica para troca e melhoria dos equipamentos de geração de energia. Os recursos foram resgatados entre janeiro e maio de 2019. A Companhia deverá constituir a conta reserva e conta reserva especial, após o fim do período de 24 meses de carência.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	2019			2018		
	Custo	Dep./ Amort. acum.	Valor líquido	Custo	Dep./ Amort. acum.	Valor líquido
Intangível						
Concessão	-	-	-	2.100	(808)	1.292
Outros	38	(17)	21	38	(11)	27
Total do Intangível	38	(17)	21	2.138	(819)	1.319
Imobilizado						
Móveis e utensílios	98	(62)	36	98	(52)	46
Computadores e periféricos	-	-	-	90	(50)	40
Máquinas e equipamentos (1)	340.722	(157.131)	183.591	330.365	(140.090)	190.275
Ferramentas	-	-	-	84	(28)	56
Veículos	111	(111)	-	111	(92)	19
Imobilizado em curso	1.761	-	1.761	3.233	-	3.233
Total do Imobilizado	342.692	(157.304)	185.388	333.981	(140.312)	193.669
Total Imobilizado + Intangível	342.730	(157.321)	185.409	336.119	(141.131)	194.988

(1) A taxa média de depreciação da conta "Máquinas e equipamentos" é 4,70% a.a.

A movimentação do imobilizado e do intangível é como segue:

	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Transferência	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2019
Intangível						
Concessão	1.292	-	-	(1.292)	-	-
Outros	27	-	-	-	(6)	21
Total do Intangível	1.319	-	-	(1.292)	(6)	21
Imobilizado						
Computadores e periféricos	40	-	-	(40)	-	-
Máquinas e equipamentos	190.275	8.634	-	837	(16.155)	183.591
Ferramentas	56	-	-	(56)	-	-
Móveis e utensílios	46	-	-	-	(10)	36
Veículos	19	-	-	-	(19)	-
Imobilizado em curso	3.233	1.756	(3.779)	551	-	1.761
Total do Imobilizado	193.669	10.390	(3.779)	1.292	(16.184)	185.388
Imobilizado + Intangível	194.988	10.390	(3.779)	-	(16.190)	185.409

Em 31 de dezembro de 2019 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

8. FORNECEDORES

	2019	2018
Suprimento e transporte de energia elétrica	274	468
Materiais e serviços	1.443	726
Total	1.717	1.194

9. CONTAS A PAGAR – ELETROBRAS

	2019	2018
Provisão REIDI	-	1.233
Ajuste de energia (a)	12.982	6.112
Garantia Eletrobras (b)	-	439
Total	12.982	7.784
Circulante	12.982	6.656
Não circulante	-	1.128
Total	12.982	7.784

- (a) Conforme Capítulo II do contrato de compra e venda de energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. A parcela do ajuste será calculada pela diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no ano, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

O ajuste de energia de 2019, refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no exercício. Este ajuste será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento da Eletrobras ao longo do exercício de 2020.

- (b) Valor referente ao mínimo de faturamento mensal correspondente à 70% da energia contratada, cujo pagamento é garantido pela Eletrobras conforme estabelecido na cláusula 14, do referido contrato do contrato de compra e venda de energia. O montante necessário para complementar a diferença positiva entre o piso e a energia gerada no período se constituirá em dívida com a Eletrobras e será liquidado pela Companhia em parcelas iguais pelos 12 meses do ano subsequente conforme metodologia informada na nota explicativa nº 1.

	2019	2018
Energia gerada em MWh	55.893	70.641
Energia faturada em MWh	83.786	83.786
Ajuste de energia em MWh	(27.893)	(13.145)
Ajuste de energia em R\$ mil	(12.982)	(6.112)

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moeda	Saldo em 2019			Saldo em 2018
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA NACIONAL							
Caixa Econômica Federal (1)	Fevereiro/2022	TJLP + 2,50%	R\$	117.710	-	117.710	108.101
Total Geral				117.710	-	117.710	108.101

(1) Em função do não cumprimento em 31/12/2019 das cláusulas restritivas (*covenants*) estipuladas no contrato junto à Caixa Econômica Federal, o valor total do financiamento foi reclassificado para o passivo circulante.

Em 13 de julho de 2018, a Companhia assinou termo aditivo para a repactuação da dívida com a Caixa Econômica Federal, incluindo um período de carência de 24 meses com a suspensão das amortizações mensais.

A composição consolidada dos empréstimos e financiamentos, por indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2020	2021	2022	Total
Indexadores				
Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP	30.977	74.343	12.390	117.710
Total Geral	<u>30.977</u>	<u>74.343</u>	<u>12.390</u>	<u>117.710</u>

O indexador utilizado para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos teve as seguintes variações:

Indexador	Variação Acumulada em 2019 (%)	Variação Acumulada em 2018 (%)
TJLP	(20,20)	(0,29)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	113.669
Variação monetária	9.647
Encargos financeiros pagos	(1.369)
Amortização de financiamentos	(13.846)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>108.101</u>
Variação monetária	8.171
Encargos financeiros provisionados	1.438
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>117.710</u>

Garantias

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido por sua controladora Cemig GT da seguinte forma:

	2019
Recebíveis	117.710
TOTAL	<u>117.710</u>

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Caixa Econômica Federal poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, falência, ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar a segurança do crédito concedido, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento.

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“*Covenants*”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de cobertura do serviço da dívida	Manter Índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
	Patrimônio Líquido/Passivo total	Manter relação mínima de 20,63%	Anual (durante o período de amortização)
	Capital social subscrito e integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,63%	Anual (durante o período de amortização)

Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Volta do Rio possuem *covenants* financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. O cumprimento do índice de cobertura do serviço da dívida é considerado exigível durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de agosto de 2020.

Em 2019, a Companhia não apresentou a comprovação das renovações de seguros com cinco dias de antecedência ao vencimento das apólices de seguros referente aos Danos Patrimoniais e Lucros Cessantes.

A Companhia excepcionalmente não apresentou as demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no prazo exigido pelo contrato de empréstimo. Em virtude desta excepcionalidade, a Companhia solicitou à Caixa Econômica Federal que concedesse prazo adicional para a divulgação dessas demonstrações financeiras até 30 de setembro de 2019 e solicitou também a dispensa de divulgação das demonstrações financeiras semestrais do período findo em 30 de junho de 2019.

Considerando a atual conjuntura macroeconômica e de saúde pública vivenciadas no Brasil, em função da pandemia da Covid-19, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória 931 de 2020, que autorizou as sociedades anônimas, cujo exercício social se encerre entre 31 de dezembro de 2019, a realizar a assembleia geral ordinária no prazo de sete meses, contado do término do seu exercício social. Dessa forma, foi solicitada à Caixa Econômica Federal a prorrogação do prazo para entrega das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019.

Não houve decretação de vencimento antecipado do financiamento da Companhia em razão dos atrasos para atendimento das cláusulas restritivas acima citadas.

Em 31 de dezembro de 2019, em atendimento ao CPC 26, a Companhia reclassificou o total do saldo do financiamento com a Caixa Econômica Federal para o passivo circulante.

11. PROVISÕES PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui processos cuja probabilidade de perda seja considerada provável pelos assessores jurídicos.

Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.798
Reversão de provisão	(1.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Reversão de provisão	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Trabalhistas

A Companhia é parte de ações movidas por seus empregados, as quais versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias e benefícios diversos, sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$25 (R\$24 em 31 de dezembro de 2018)

Cíveis

Ainda, a Companhia está envolvida em ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$65 (R\$513 em 31 de dezembro de 2018).

Tributárias

Também é parte de processos judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, entre outros, assuntos a respeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$1.999 (R\$12 em 31 de dezembro de 2018).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Capital Social da Companhia era de R\$117.230, representado por 117.230.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

13. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Conforme previsto na Resolução ANEEL 660/2001, a Volta do Rio está autorizada a operar até dezembro de 2031. É esperado que, após o encerramento do prazo de autorização da operação, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Ativo	
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2017	2.447
Amortização em 2018	(196)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2018	2.251
Amortização em 2019	(196)
Remensuração dos custos estimados	8.635
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2019	10.690
Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.124
Variação monetária em 2018	875
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.999
Variação monetária em 2019	970
Remensuração dos custos estimados (1)	8.635
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.604

(1) A nova estimativa dos custos de desmantelamento foi elaborada por empresa especializada de engenharia, a qual elaborou um relatório com os respectivos cálculos dos custos de remoção de toda a estrutura eletromecânica e civil do parque eólico. Em atendimento ao CPC 25, refletimos os efeitos da nova estimativa.

14. RECEITA

	2019	2018
Venda de energia	26.851	30.869
Deduções à receita operacional (a)	(1.108)	(721)
Receita operacional líquida	<u>25.743</u>	<u>30.148</u>

(a) Deduções à receita operacional

	2019	2018
PIS/COFINS correntes	(979)	(944)
PIS/COFINS sobre diferenças temporárias	-	223
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(129)	-
Total das deduções	<u>(1.108)</u>	<u>(721)</u>

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Pessoal	-	2.326
Material	1.765	15.229
Serviços de terceiros	5.202	11.918
Amortização e depreciação	16.190	16.699
Encargos e taxas de transmissão e conexão	4.177	3.689
Baixa de valor residual líquido de ativos	3.779	-
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	952	-
Outros custos e despesas operacionais	1.673	1.487
	<u>33.738</u>	<u>51.348</u>
Custos totais	27.781	49.669
Despesa operacional	5.957	1.679
TOTAL	<u>33.738</u>	<u>51.348</u>

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2019	2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira – Equivalentes de caixa	1.470	97
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados	-	901
	<u>1.470</u>	<u>998</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.609)	(9.648)
Juros sobre mútuos	(438)	(301)
Variação monetária – Provisão para desmobilização de ativos	(970)	(875)
Outras despesas financeiras	(180)	(19)
	<u>(11.197)</u>	<u>(10.843)</u>
Resultado financeiro	<u>(9.727)</u>	<u>(9.845)</u>

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO	
	2019	2018	2019	2018
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.				
Não circulante				
Mútuo (1)	-	-	22.440	22.000
Notas de débito (2)	-	-	842	878
	-	-	23.282	22.878

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Empréstimo com parte relacionada a ser utilizado no conserto dos aerogeradores. Em maio de 2020, foi celebrado o Contrato de Mútuo para formalização das referidas operações de empréstimos e definição das condições financeiras a serem observadas, sendo convalidados os atos pretéritos realizados.
- (2) Reembolso de pagamentos de despesas com o serviço prestado pela WEG para recuperação integral de um gerador síncrono (protótipo).

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2019		2018	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Contas a receber de clientes	2	3.941	3.941	3.471	3.471
Partes relacionadas	2	-	-	79	79
Depósitos vinculados	2	-	-	15.433	15.433
		<u>3.941</u>	<u>3.941</u>	<u>18.983</u>	<u>18.983</u>
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	32.273	32.273	3.480	3.480
		<u>32.273</u>	<u>32.273</u>	<u>3.480</u>	<u>3.480</u>
		<u>36.214</u>	<u>36.214</u>	<u>22.463</u>	<u>22.463</u>
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(1.717)	(1.717)	(1.194)	(1.194)
Empréstimos e financiamentos	2	(117.710)	(117.710)	(108.101)	(108.101)
Contas a pagar – Eletrobras	2	(12.982)	(12.982)	(7.784)	(7.784)
		<u>(132.409)</u>	<u>(132.409)</u>	<u>(117.079)</u>	<u>(117.079)</u>

- (1) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2019 e 2018.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras CDB	32.273	3.480
Depósitos vinculados	-	15.433
	32.273	18.913
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (TJPL + 2,5% a.a.)	(117.710)	(108.101)
	(117.710)	(108.101)
Ativo (Passivo) líquido exposto	(85.437)	(89.188)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2020, a taxa SELIC será de 1,75% e a TJLP será de 4,66%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	2019	2020		
	Valor contábil	Cenário TJLP 4,66% SELIC 1,75%	Cenário TJLP + 25% 5,8303% SELIC + 25% 2,1875%	Cenário TJLP + 50% 7,00% SELIC + 50% 2,6250%
Ativos				
Aplicações financeiras CDB e Fundos de investimento - SELIC	32.273	32.838	32.979	33.120
Passivos				
Empréstimos e financiamentos – TJLP	(117.710)	(123.200)	(124.573)	(125.945)
Passivo líquido exposto	(85.437)	(90.362)	(91.594)	(92.825)
Efeito líquido da variação das taxas de juros	-	(4.925)	(6.157)	(7.388)

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.717	-	-	-	-	1.717
Empréstimos e financiamentos	-	-	39.446	94.416	-	133.862
Contas a pagar - Eletrobras	1.082	2.164	9.736	-	-	12.982
	<u>2.799</u>	<u>2.164</u>	<u>49.182</u>	<u>94.416</u>	<u>-</u>	<u>148.561</u>

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobrás no âmbito do Proinfa, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Risco de vencimento antecipado de empréstimo e financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos da Companhia com a Caixa Econômica Federal, as quais estão mencionadas na nota explicativa nº 10.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar na redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

20. COMPROMISSOS

Arrendamentos

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento mensal
376	02/02/2002	14/07/2030	28 anos	2% da Receita operacional

Contrato de reparo de aerogeradores

A Companhia possui contratos de prestação de serviços, fornecimento de materiais e equipamentos necessários para recuperação dos aerogeradores do seu parque eólico, com vigência até a completa execução dos serviços, objetivando a substituição de todos os aerogeradores até maio de 2021.

21. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro, com vigência até 18 de dezembro de 2020, para cobertura de riscos operacionais, sendo:

- R\$75.000 de indenização máxima contra danos materiais;
- R\$11.289 de indenização máxima para cobertura de lucros cessantes; e,
- R\$10.000 de indenização máxima para cobertura de responsabilidade civil.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

COVID-19 – Coronavírus – Impactos para a Companhia

A Companhia está acompanhando de perto os possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não tendo ainda observado efeitos significativos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica, além de alteração de premissas utilizadas para cálculo de valor justo e recuperável de determinados ativos financeiros e não financeiros. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobrás no âmbito do Proinfa, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados próprios ou terceirizados não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagens nacionais e internacionais; utilização de meios de comunicação remota; *home office* para determinado grupo de empregados, etc.

Autorização de aportes para aumento de capital

Em setembro de 2020, o Conselho de Administração da controladora Cemig GT autorizou a realização de aportes adicionais na Companhia no valor de até R\$50.000, a serem realizados em 2020, com o conseqüente aumento de capital.

Com a efetivação desses aportes, o Capital Social da Companhia passará a ser de R\$167.230, representado por 167.230.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

Pagamento de mútuo - Parajuru

Em outubro de 2020, a Companhia pagou o empréstimo concedido à parte relacionada Parajuru. As operações de mútuo foram realizadas em 2018, no valor principal de R\$21.300, com custo de 125,52% do CDI.

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor Presidente

Alexandre Vidigal Pereira Pinto
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

Carolina Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora CRC - MG 77.839

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Central Eólica Volta do Rio S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2019, acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2020.

Francisco Luiz Moreira Penna

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosquei

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Central Eólica Volta do Rio S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Volta do Rio S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, em 02 de dezembro de 2020, com opinião modificada decorrente da ausência de documentação suporte para o registro da provisão de custos de remoção da sua estrutura operacional.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0